ISSN: 2358-8829

# ADVERSIDADES DA GESTÃO ESCOLAR DIANTE DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES NEURODIVERGENTES DO MUNICÍPIO DE CUMARU-PE

Maria Joelma da Silva[1]
Orientadora: Rozineide Iraci Pereira da Silva [2]

## RESUMO

O presente artigo verificou as adversidades enfrentadas pela gestão escolar no processo de inclusão de estudantes neurodivergentes, buscando entender como as ações administrativas, pedagógicas e estruturais da instituição interferem na efetivação de uma educação inclusiva. A pesquisa tem como objetivo geral explorar as percepções do gestor escolar quanto de professores, considerando suas experiências cotidianas, suas dificuldades e as estratégias que desenvolvem para atender às demandas crescentes dos estudantes neurodivergentes. A perspectiva teórico-metodológica adotada baseou-se na abordagem qualitativa, com procedimentos bibliográficos e pesquisa de campo. Para isso, foi utilizado um questionário semiestruturado aplicados aos professores e gestora de uma escola municipal do agreste pernambucano. A análise dos dados revelou que, embora a escola já desenvolvam ações importantes, como reuniões semestrais, momentos de formação interna e adaptações pedagógicas pontuais, ainda enfrentam limitações significativas que comprometem a construção de ambientes plenamente inclusivos. Entre os principais desafios encontram-se a ausência de profissionais comprometido em adaptar as atividades diante do estudo de caso dos estudantes neurodivergentes, a insuficiência de profissionais especializados, a falta de acessibilidade física e a carência de formação continuada voltada às individualidades da neurodivergências. Os relatos evidenciaram que a inclusão depende de uma articulação consistente entre gestão, docentes, equipes de apoio e famílias, mas tal articulação ainda ocorre de forma fragmentada, muito influenciada pela sobrecarga de responsabilidades atribuídas às escolas sem suporte adequado da secretaria municipal de educação. Conclui-se que a inclusão de estudantes neurodivergentes nos espaços escolares ainda é um processo em construção, que exige investimentos, planejamento institucional, acompanhamento sistemático e colaboração entre todos os atores envolvidos, mas é primordial colocar em prática as políticas públicas da educação especial na perspectiva da inclusão.

**Palavras-chave:** Gestão Escolar, Inclusão, Neurodivergências, Estudantes, Educação especial.

## INTRODUÇÃO

[1]Mestranda pela Christian Business School-CBS, netojoelma41@gmail.com;
[2]Professora orientadora: Doutora em Ciências da Educação, pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, rozineide.pereira1975@gmail.com.

A educação diante da modernidade aponta-se diversos desafios da gestão escolar, um dos desafios é reconhecer que a diversidade humana não constitui uma exceção ao funcionamento da escola, mas um dos meios inerentes à própria condição humana. A presença crescente de estudantes com diferentes modos de aprender, comunicar, interagir, perceber e participar do cotidiano escolar exige transformações nas concepções pedagógicas, na organização institucional e, sobretudo, nas formas de gestão da escola.

Nesse cenário, ganha relevância o debate acerca da inclusão de estudantes neurodivergentes. O conceito de neurodivergência contempla diferentes formas de funcionamento neurológico que se afastam dos padrões considerados predominantes, abrangendo, em diferentes contextos, estudantes autistas, pessoas com Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH), dislexia, e entre outras condições e formas de funcionamento. Entretanto, é necessário evitar a utilização indiscriminada do termo como categoria diagnóstica ou rotular o estudante pelo laudo, uma vez que neurodivergência constitui sobretudo uma perspectiva de compreensão da diversidade neurológica.

No campo educacional brasileiro, a discussão precisa ser articulada ao conceito de educação especial e aos direitos assegurados pela legislação. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída em 2008, estabelece princípios relacionados ao acesso, participação e aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial. O Ministério da Educação destaca, entre seus eixos, a formação de professores, gestores e profissionais do Atendimento Educacional Especializado.

No entanto, o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, instituiu a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Dessa forma estabelece como finalidade garantir o direito à educação em sistema educacional inclusivo para estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, fundamentado na igualdade de oportunidades.

A atualização normativa reforça a responsabilidade dos sistemas de ensino e das instituições escolares na criação de condições para participação, permanência e aprendizagem. A legislação estabelece ainda a oferta de tecnologias assistivas, adaptações razoáveis, medidas de apoio individualizadas e efetivas, Atendimento

Educacional Especializado e articulação intersetorial, além de destacar a participação da família e dos estudantes no âmbito da gestão democrática.

Entretanto, entre o direito formalmente estabelecido e a sua concretização cotidiana existe um conjunto significativo de adversidades. A presença do estudante na sala de aula não representa, por si só, inclusão. É possível existir matrícula, frequência e permanência física sem que haja efetiva participação pedagógica, interação social, aprendizagem e sentimento de pertencimento.

É nesse ponto que a gestão escolar assume papel estratégico. O gestor não é apenas responsável por questões administrativas. Compete-lhe articular pessoas, recursos, políticas, práticas e projetos, construindo condições institucionais para que a inclusão deixe de ser compreendida como responsabilidade exclusiva do professor ou do profissional de apoio.

Estudo publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos demonstra que a gestão escolar possui papel relevante na inclusão dos estudantes público da educação especial nas escolas comuns, analisando justamente práticas de gestores, coordenadores e pedagogos diante dos desafios da inclusão.

Assim, este artigo parte do seguinte problema de pesquisa: quais são as principais adversidades enfrentadas pela gestão escolar para efetivar a inclusão de estudantes neurodivergentes no cotidiano das instituições de ensino?

O objetivo geral consiste em explorar as percepções do gestor escolar quanto de professores, considerando suas experiências cotidianas, suas dificuldades e as estratégias que desenvolvem para atender às demandas crescentes dos estudantes neurodivergentes.

Como objetivos específicos, busca-se: discutir a relação entre neurodiversidade e educação inclusiva; identificar os principais obstáculos enfrentados pela gestão escolar; analisar a importância da formação continuada dos profissionais da educação; discutir a articulação entre gestão, professores, AEE, família e rede intersetorial.

A relevância da pesquisa decorre da necessidade de compreender que a inclusão não se resume ao cumprimento de dispositivos legais. Ela envolve uma transformação cultural da escola, de modo que as diferenças sejam reconhecidas como parte constitutiva da comunidade escolar e não como obstáculos à aprendizagem.

## METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, documental e pesquisa de campo, com finalidade analítico-reflexiva. Para contribuir com à natureza qualitativa, a pesquisa também se caracteriza como pesquisa de campo, permitindo esse delineamento, segundo Gil (2019), a observação direta dos fenômenos no ambiente em que ocorrem, articulando uma análise mais robusta e próxima da realidade estudada.

A pesquisa documental considerou legislação brasileira e documentos institucionais relacionados à educação especial inclusiva, especialmente a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei Brasileira de Inclusão, documentos do Ministério da Educação e o Decreto nº 12.686/2025.

A análise foi realizada mediante leitura interpretativa e aproximação temática dos estudos selecionados, buscando identificar convergências, desafios e possibilidades relacionados à atuação da gestão escolar.

A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender fenômenos educacionais em sua complexidade, considerando dimensões subjetivas, institucionais, culturais e políticas.

Não se pretende produzir generalizações estatísticas, mas contribuir para a reflexão científica sobre os desafios enfrentados pelas instituições educacionais na construção de práticas inclusivas.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### Educação Inclusiva e Neurodiversidade: Fundamentos Conceituais

A educação inclusiva representa uma mudança paradigmática na maneira de compreender a escola e seus sujeitos. Em oposição a modelos baseados na homogeneização, a perspectiva inclusiva reconhece que os estudantes apresentam diferentes ritmos, estilos, interesses, necessidades e possibilidades de aprendizagem.

A Declaração de Salamanca, elaborada no âmbito da UNESCO, tornou-se um marco internacional para a defesa de sistemas educacionais capazes de acolher estudantes com diferentes necessidades educacionais. A perspectiva consolidada pelo documento contribuiu para fortalecer a compreensão de que as escolas devem responder à diversidade de seus estudantes.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 consolidou a educação como direito social e estabeleceu princípios fundamentais para sua oferta. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996 – organizou a educação especial como modalidade transversal aos diferentes níveis de ensino.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015 – ampliou essa perspectiva ao estabelecer direitos relacionados à educação, acessibilidade, participação social e eliminação de barreiras.

A discussão sobre neurodiversidade amplia o debate porque questiona a compreensão de que determinados modos de funcionamento neurológico devam necessariamente ser tratados como déficits a serem corrigidos. O conceito, associado aos movimentos sociais de pessoas neurodivergentes, propõe compreender as diferenças neurológicas como parte da diversidade humana.

Autores como Armstrong (2010) defendem uma abordagem que reconheça potencialidades e formas diversas de funcionamento. Isso não significa ignorar dificuldades ou necessidades de apoio, mas evitar que o estudante seja reduzido ao diagnóstico.

Na escola, essa mudança é fundamental. O estudante não deve ser identificado exclusivamente como “o autista”, “o aluno com TDAH” ou “o aluno com dislexia”. Antes de qualquer classificação, trata-se de um sujeito que possui história, interesses, potencialidades, necessidades e direito à aprendizagem.

Nesse sentido, a inclusão exige deslocar o olhar do déficit individual para as barreiras existentes no ambiente escolar. Booth e Ainscow (2011) contribuem para essa discussão ao compreenderem a inclusão como processo de identificação e redução de barreiras à aprendizagem e à participação.

A perspectiva das barreiras também encontra respaldo no modelo social da deficiência, segundo o qual as limitações experimentadas pelas pessoas não decorrem exclusivamente de suas características individuais, mas da interação entre essas características e as barreiras sociais, ambientais e institucionais.

Para a gestão escolar, esse entendimento é particularmente relevante. Uma escola pode considerar determinado estudante “difícil” porque possui práticas rígidas, avaliações inflexíveis, ambientes excessivamente estimulantes ou ausência de estratégias pedagógicas diversificadas.

Portanto, uma das primeiras adversidades da gestão consiste justamente em modificar a cultura institucional para que as diferenças sejam percebidas não como problemas individuais, mas como elementos que demandam reorganização das práticas escolares.

**A Relação Entre Gestão Escolar, Professores e AEE**

A gestão escolar constitui uma dimensão fundamental para a construção de políticas e práticas inclusivas. Embora a ação pedagógica ocorra diretamente na relação professor-estudante, as condições em que essa relação acontece são profundamente influenciadas pelas decisões da gestão.

A gestão democrática pressupõe participação, diálogo, planejamento coletivo e corresponsabilidade. No contexto da inclusão, isso significa envolver professores, equipe pedagógica, profissionais do AEE, funcionários, estudantes, famílias e, quando necessário, profissionais de diferentes setores.

A gestão precisa criar espaços para que os profissionais discutam casos, planejem adaptações, analisem avanços e dificuldades e construam estratégias coletivamente.

O estudo de Medeiros et al. (2024), publicado na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, evidencia a importância das práticas de gestão na inclusão dos estudantes públicos da educação especial nas escolas comuns, mostrando que a questão não pode ser dissociada da organização institucional.

Não é razoável esperar que professores e gestores desenvolvam práticas inclusivas consistentes quando não dispõem de formação adequada sobre desenvolvimento, acessibilidade pedagógica, comunicação, comportamento, avaliação e estratégias diferenciadas.

O próprio MEC reconhece a formação de professores, profissionais do AEE e gestores como um dos eixos importantes para o fortalecimento da política de educação especial inclusiva.

A formação, contudo, não deve ocorrer apenas de maneira pontual. Cursos isolados podem contribuir para ampliar conhecimentos, mas não substituem processos permanentes de estudo, acompanhamento e reflexão sobre a prática.

A gestão precisa criar uma cultura de formação permanente, articulando estudos teóricos às situações concretas vivenciadas na escola.

ISSN: 2358-8829

Nesse sentido, reuniões pedagógicas podem ser transformadas em espaços de desenvolvimento profissional, nos quais professores compartilhem experiências, analisem situações e construam coletivamente estratégias.

Outra adversidade refere-se à disponibilidade de profissionais para apoiar o processo inclusivo.

Em muitas instituições, professores relatam dificuldades para atender simultaneamente às necessidades de toda a turma e às demandas específicas de determinados estudantes.

Entretanto, é necessário evitar a compreensão de que a inclusão depende exclusivamente de um profissional de apoio. A responsabilidade pedagógica permanece sendo da escola e da equipe docente.

O Decreto nº 12.686/2025 reforça a necessidade de organização do sistema educacional para garantir aos estudantes da educação especial apoio à participação, permanência e aprendizagem.

A gestão deve, portanto, organizar os recursos disponíveis de modo articulado, evitando que o estudante fique isolado ou exclusivamente sob responsabilidade de um profissional. A efetivação da inclusão depende de trabalho colaborativo.

O Atendimento Educacional Especializado não deve funcionar como espaço separado da escolarização, mas como serviço articulado ao trabalho realizado na sala de aula. O MEC destaca que a educação especial deve integrar o projeto pedagógico da escola e atuar para eliminar barreiras que dificultam a participação dos estudantes.

Nesse sentido, a gestão precisa assegurar momentos de planejamento conjunto entre professor regente e profissional do AEE. Essa articulação permite identificar: barreiras de aprendizagem, recursos necessários, estratégias pedagógicas, formas alternativas de comunicação, adaptações de materiais, estratégias de avaliação, recursos de tecnologia assistiva e possibilidades de participação social.

A ausência dessa articulação pode produzir fragmentação. O professor da sala regular trabalha de uma maneira, o AEE de outra e a família recebe informações diferentes. A gestão deve funcionar como elemento integrador.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

ISSN: 2358-8829

A análise da literatura e dos documentos evidencia que as adversidades da gestão escolar diante da neurodiversidade podem ser agrupadas em cinco grandes dimensões.

Quadro 1 – Principais adversidades da gestão escolar diante da inclusão

| Dimensão | Principais adversidades | Possibilidades de enfrentamento |
|---|---|---|
| Pedagógica | Currículo rígido e práticas homogêneas | DUA, flexibilização pedagógica e metodologias diversificadas |
| Formativa | Formação insuficiente | Formação continuada e comunidades de aprendizagem |
| Estrutural | Falta de recursos e acessibilidade | Planejamento, financiamento e tecnologia assistiva |
| Relacional | Conflitos e pouca articulação | Trabalho colaborativo e gestão democrática |
| Política | Distância entre legislação e prática | Monitoramento e implementação das políticas inclusivas |

**Fonte:** Elaborada pela autora, 2026.

Conhecer o diagnóstico pode ser importante, mas não é suficiente para planejar a educação. Dois estudantes com o mesmo diagnóstico podem apresentar necessidades completamente diferentes. A inclusão implica uma transformação de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. “Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos” (Mantoan, 2015 p. 28).

Consequentemente, o planejamento deve partir da identificação das barreiras e das potencialidades individuais. Diante das adversidades analisadas, propõe-se um conjunto de ações que podem contribuir para fortalecer a gestão escolar inclusiva.

A inclusão precisa estar explicitamente no Projeto Político-Pedagógico, com objetivos, estratégias, responsabilidades e mecanismos de acompanhamento. A formação deve ocorrer ao longo do ano letivo e contemplar temas como neurodiversidade, autismo, TDAH, acessibilidade, avaliação inclusiva, tecnologia assistiva e estratégias de comunicação. Professores, coordenação pedagógica e AEE devem possuir momentos institucionais para planejamento e discussão de estratégias.

Segunda a gestora (2026) aponta que:

> Fortalecer a relação com as famílias, a comunicação deve ser contínua, respeitosa e baseada na corresponsabilidade. As ações importantes, como reuniões semestrais, momentos de formação interna e adaptações pedagógicas pontuais, ainda enfrentam limitações significativas que comprometem a construção de ambientes plenamente inclusivos. Entre os principais desafios encontram-se a ausência de profissionais comprometido em adaptar as atividades diante do estudo de caso dos estudantes

> neurodivergentes, a insuficiência de profissionais especializados, a falta de acessibilidade física e a carência de formação continuada voltada às individualidades da neurodivergências (Gestora 1, 2026).

Uma gestão comprometida com a inclusão precisa atuar em diferentes dimensões. A primeira é a dimensão pedagógica, relacionada ao currículo, planejamento, avaliação, metodologias e recursos. A segunda corresponde à dimensão formativa, relacionada à formação continuada dos profissionais. A terceira envolve a dimensão administrativa, incluindo recursos, organização dos espaços, profissionais de apoio e materiais. A quarta refere-se à dimensão relacional, envolvendo famílias, estudantes, professores e comunidade. A quinta é a dimensão política, relacionada à implementação das políticas públicas e à defesa dos direitos educacionais. No entanto, o gestor deve ser compreendido como articulador de processos e não apenas como administrador burocrático. Uma das principais adversidades enfrentadas pelas escolas consiste na formação insuficiente dos profissionais para trabalhar com a diversidade neurológica.

Quadro 2- Como você diversifica as formas de avaliação dos estudantes neurodivergentes e qual a coloboração da gestão escolar?

| PROFESSORES | RESPOSTAS |
|---|---|
| P1 | A avaliação diversifico e considero diante de diferentes maneiras adaptadas para fortalecer a aprendizagem, utilizo atividades diante da especificidade do desenvolvimento do meu estudante. A equipe gestora são comprometidas diante da sua possibilidade. |
| P2 | Utilizo os recursos tecnológicos e pedagógicos são selecionados conforme as necessidades e objetivos educacionais de cada estudante. A gestora é assídua e compreensiva diante do apoio de materiais pedagógicos para adaptação curricular. |
| P3 | Busco avaliar com técnicas práticas de adaptação com atividades lúdicas diversificadas. Quando necessário, a gestão articula com a equipe da educação, saúde, assistência social e demais serviços públicos. |
| P4 | Avalio os estudantes a partir de jogos pedagógicos e atividades adaptadas de acordo com sua potencialidade. A gestão verifica se as ações implementadas efetivamente ampliam participação, aprendizagem e pertencimento. A escola já desenvolve ações importantes, como reuniões semestrais, momentos de formação interna e adaptações pedagógicas pontuais, ainda enfrentam limitações significativas que |

| | |
|---|---|
| | comprometem a construção de ambientes plenamente inclusivos. |

**Fonte:** Elaborada pela autora, 2026.

A legislação brasileira contemporânea fortalece essa responsabilidade. O Decreto nº 12.686/2025 estabelece a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e prevê sistema educacional inclusivo, tecnologias assistivas, adaptações razoáveis, medidas individualizadas de apoio, AEE e articulação intersetorial.

Entretanto, a existência de legislação não garante automaticamente práticas inclusivas. Entre a norma e a realidade escolar existe a necessidade de financiamento, formação, planejamento, acompanhamento e compromisso institucional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo revela que mais do que garantir matrícula, é necessário assegurar condições efetivas de participação, aprendizagem, desenvolvimento, autonomia e pertencimento.

A análise realizada permite afirmar que as adversidades enfrentadas pela gestão escolar são multidimensionais. Elas envolvem aspectos pedagógicos, estruturais, formativos, administrativos, relacionais e políticos.

Entre os principais desafios destacam-se a formação insuficiente dos profissionais, a falta de recursos, a fragilidade da articulação entre os diferentes atores educacionais, a rigidez curricular, as dificuldades avaliativas, as barreiras atitudinais e a distância existente entre as políticas públicas e sua concretização cotidiana.

Nesse sentido, a gestão escolar não pode limitar sua atuação à administração burocrática. Ela precisa exercer liderança pedagógica, política e democrática, mobilizando a comunidade escolar para a construção de uma cultura institucional inclusiva.

O olhar pedagógico deve considerar potencialidades, interesses, necessidades, formas de comunicação, barreiras contextuais e possibilidades de participação.

Assim, a principal transformação necessária encontra-se na passagem de uma escola que tenta adaptar o estudante ao seu funcionamento para uma escola capaz de transformar seu próprio funcionamento diante da diversidade.

Conclui-se, portanto, que a gestão escolar possui papel decisivo na construção de ambientes educacionais inclusivos. Entretanto, não pode ser responsabilizada isoladamente. A efetivação da inclusão exige compromisso compartilhado entre sistemas de ensino, gestores, professores, profissionais especializados, famílias, estudantes e demais setores da sociedade.

Uma escola verdadeiramente inclusiva não é aquela que simplesmente recebe estudantes diferentes, mas aquela que reorganiza sua cultura, suas práticas e suas estruturas para que todos tenham condições reais de aprender.

A inclusão, portanto, deve ser compreendida não como favor, concessão ou ação extraordinária, mas como direito educacional, princípio democrático e compromisso ético com a dignidade humana.

## REFERÊNCIAS

AINSCOW, Mel. *Developing inclusive education systems: what are the levers for change?* Journal of Educational Change, v. 6, p. 109-124, 2005.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic and statistical manual of mental disorders: DSM-5-TR*. Washington, DC: American Psychiatric Association, 2022.

ARMSTRONG, Thomas. *Neurodiversity: discovering the extraordinary gifts of autism, ADHD, dyslexia, and other brain differences*. Cambridge: Da Capo Press, 2010.

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. *Index for inclusion: developing learning and participation in schools*. 3. ed. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education, 2011.
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Brasília, DF: Presidência da República, 2009.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: formação*. Brasília, DF: MEC.

BRASIL. Ministério da Educação. *MEC em 2024*. Brasília, DF: MEC, 2024.

CUNHA, Eugênio. *Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família*. Rio de Janeiro: Wak, 2017.

FERREIRA, Windyz Brazão. *Educação inclusiva: será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos?* Inclusão: Revista da Educação Especial, Brasília, DF, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

MEDEIROS, Ricardo Tavares de et al. Gestão escolar e inclusão dos estudantes público da educação especial nas escolas comuns. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 105, 2024. DOI: 10.24109/2176-6681.rbep.105.6017.

PLETSCH, Márcia Denise. *Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual*. Rio de Janeiro: NAU, 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

UNESCO. *The Salamanca Statement and Framework for Action on Special Needs Education*. Salamanca: UNESCO, 1994.

UNESCO. *Global education monitoring report 2020: inclusion and education – all means all*. Paris: UNESCO, 2020.

ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 1998.